

Credores reunidos no Clube de Paris divergem sobre negociação

por Paulo Sotero
de Washington

A reunião de avaliação da situação brasileira, realizada ontem na capital francesa por representantes dos governos credores, no chamado Clube de Paris, evidenciou a existência de uma divisão entre dois grupos de países em relação ao tratamento a dispensar ao pedido de renegociação da dívida oficial do Brasil, que será formalmente considerado dentro de duas semanas, disseram ontem a este jornal fontes bem informadas.

De um lado, os europeus continentais, liderados pelos franceses, manifestaram mais claramente o desejo de apoiar o governo do presidente José Sarney e, reconhecendo tanto os progressos alcançados pelo Plano Cruzado quanto as dificuldades internas que o governo enfrenta, encontrar uma fórmula aceitável de acomodar o pedido brasileiro. Do outro, representantes dos Estados Unidos e da Inglaterra defendem uma posição mais ortodoxa, pregando a necessidade de o governo brasileiro, como pré-condição para uma renegociação da dívida, adotar políticas de austeridade, nos moldes de um entendimento tradicional com o FMI. Entre as duas posições ficou a incógnita japonesa. Como costumam fazer, os representantes de Tóquio muito ouviram e nada disseram.

A reunião de ontem foi uma discussão preliminar. Antes do encontro decisivo marcado para o dia 15 de dezembro, os delegados dos governos credores voltarão, provavelmente na semana que vem, a buscar uma posição comum. De acordo com as fontes, a possibilidade de o governo brasileiro vir a decretar uma moratória ou adotar alguma medida semelhante, nas próximas semanas, esteve claramente presente na reunião. Revelando a

preocupação com os desdobramentos imprevisíveis de uma eventual ruptura do Brasil com seus credores, o representante de um grande país europeu chegou a mencionar a necessidade de, ao analisarem o pedido brasileiro, os governos agirem de forma a preservar a democracia no Brasil.

Segundo fontes bem situadas, a posição que o governo de Washington levou à reunião — a posição de

Londres não vem ao caso, pois será a que os EUA adotarem — é assunto em debate na administração. Os argumentos levantados pelo representante americano no encontro preliminar de ontem, em Paris, refletem, essencialmente, a posição do Departamento do Tesouro. No Federal Reserve Board, o banco central dos EUA, e no Departamento de Estado, defende-se, segundo as fontes, uma postura mais pragmática e flexível.